

Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022. 320 p.

Por Bárbara Oliveira de Moraes¹

Artigo recebido em dezembro de 2023

Artigo aprovado em janeiro de 2024

Escrita por Malcom Ferdinand, Engenheiro Ambiental pela *University College London* (UCL) e Doutor em Filosofia Política e Ciência Política pela Universidade Paris 7, a obra, dividida em quatro seções, nos conduz a partir da metáfora dos navios, à uma profunda reflexão sobre questões ambientais e rupturas coloniais, com foco na complexidade do contexto caribenho. A necessidade de enxergarmos a opressão que a população negra enfrentou ao longo do tempo emerge como um fio condutor, e, para alcançá-la, somos desafiados a desvelar os mitos que, por vezes, obscurecem nossa visão, substituindo-os pelas verdades históricas. Somos então conduzidos de modo profundo à compreensão do papel crucial dos navios negreiros (também chamado de tumbeiros) na história, responsáveis pela árdua travessia que resultou na morte de inúmeros africanos escravizados.

Simbolizando a crueldade e desumanização inerentes à representação colonial ao cruzarem o Atlântico, os navios tornaram-se testemunhas mórbidas do porão, do trabalho exaustivo e, por vezes, das mortes brutais iminentes nas mandíbulas dos tubarões. E é nesse ce-



nário de opressão que Ferdinand (2022) denuncia a insidiosa "política do porão" como o fundamento estruturante do colonialismo. Contudo, sua voz não é apenas de crítica, é também de resistência e proposta. No cerne de sua análise, surge a visão de uma ecologia decolonial, moldada à imagem de um navio-mundo com um convés da justiça, que consiste numa proposta audaciosa que desafia as narrativas tradicionais e propõe um novo conceito: o Negroceno. Apontado como capaz de incorporar a experiência colonial, o Negroceno revela-se instrumental para analisar a interconexão entre a destruição do mundo e as injustiças contra as pessoas racializadas. Ademais, evidencia a inseparabilidade das demandas antirracistas e ecológicas, uma vez que a luta por uma maneira justa de habitar a Terra se revela como um objetivo intrinsecamente interligado.

O prefácio, redigido por Angela Davis, sublinha a relevância das análises de Ferdinand (2022) acerca de gênero, raça e classe, destacando a valiosa contribuição do autor para a compreensão das atuais condições planetárias. Já o posfácio, elaborado por Guilherme Moura Fagundes, discorre sobre a importância da obra na promoção de uma terceira ressemantização, agora voltada para aspectos ecológicos dos quilombos, ancorada em uma abordagem que transcende as dimensões históricas e políticas, apresentando implicações significativas para o movimento ambientalista brasileiro.

Ferdinand (2022) inicia seu diálogo com o leitor através do prólogo (pág. 20 a 43), intitulado "Uma Dupla Fratura Colonial e Ambiental: O Caribe no Centro da Tempestade Moderna". Citando Aimé Césaire, apresenta o Caribe como o epicentro de uma "tempestade moderna", descrito através da simbologia de seus desafios históricos, sociais e ambientais, uma vez que a tempestade está conectada às crises que se alimentam com a destruição de ecossistemas, exploração, violência, desigualdades sociais e discriminações raciais. Assim, o ponto de partida é o Caribe e seu argumento se sustenta na busca por uma ecologia decolonial que conecta crises ecológicas a injustiças coloniais e raciais.

No que diz respeito a "dupla fratura", Ferdinand (2022) demonstra ser resultado da falta de comunicação entre movimentos ambientais e pós-coloniais devido a hierarquia racista que persiste e que impactam, portanto, nas experiências sociais, políticas e ambientais de nossa sociedade. A sub-representação de minorias em discussões ambientais é criticada pelo autor, uma vez que se exige uma abordagem integrada das fraturas ambientais e coloniais como centrais na crise ecológica. Nesse sentido, o leitor é apresentado ao debate em que a ecologia é centrada no conceito de "mundo", desvinculando-o de visões colonialistas, pois para Ferdinand (2022), a crise ecológica é conectada à colonização do mundo vivido por interesses financeiros.

Na seção I, denominada "A Tempestade Moderna: Violências Ambientais e Rupturas Coloniais," quatro capítulos foram apresentados. O primeiro capítulo, intitulado "O Habitar Colonial: Uma Terra sem Mundo" (páginas 46 a 56), apresenta o leitor ao navio *Conquérant* (conquistador) que partiu de Nantes, França, em 1776, em direção à África Ocidental e durante sua jornada pelo golfo da Guiné, buscava recursos humanos (corpos-materiais) para serem utilizados no estaleiro colonial e esses "corpos-materiais" consistiam em indivíduos escravizados destinados ao trabalho nas colônias. Assim, ao abordar a atual tempestade ecológica, realçando danos associados às práticas modernas de habitação na Terra, o autor resgatou marcos históricos indo em tempos mais antigos a que chamou de momentos fundadores da modernidade, destacando a colonização europeia das Américas em 1492.

Ao longo do texto, Ferdinand (2022) destacou a destruição ambiental e o impacto nas populações indígenas como processos causados pelo processo de colonização, vinculando-se à dupla fratura colonial e ambiental do mundo moderno. A crítica anticolonial do autor denuncia genocídios, violências e o tráfico negreiro, enquanto a crítica ambiental destaca a destruição dos ecossistemas pelas colonizações europeias. A expressão "habitar colonial" é descrita como um modo





específico de ocupação da Terra, implementado violentamente pela colonização europeia das Américas.

Para Ferdinand (2022), são três os princípios estruturais desse habitar colonial: geografia, exploração da natureza e altericídio (recusa de habitar com outros diferentes), incluindo a apropriação da terra, desbravamento e massacres de povos ameríndios. O autor descreve a exploração da natureza para enriquecimento e o altericídio como princípios fundamentais do habitar colonial, destacando as formas como a propriedade privada da terra, plantations (grandes áreas agrícolas) e a escravidão foram implementadas. Para Ferdinand (2022), há uma relação intrínseca entre o habitar colonial e a exploração humana, seja através de contratos servis, escravidão africana ou outras formas de trabalho forçado após as abolições.

No segundo capítulo intitulado "Os Matricidas do Plantationoceno" (páginas 57 a 68), somos levados pelo autor até o navio *Planter* (plantar) que em 1753, partiu de Liverpool em direção às ilhas da Guiné, já conquistadas e deixadas em devastação. Ferdinand (2022) descreve que durante a jornada de março a outubro, o navio percorreu feitorias africanas em busca de esterco Negro¹, fazendo uso dos corpos humanos como fertilizantes. Dos 368 sacos de corpos-fertilizantes embarcados, 68 corpos se decomporiam no navio e seus nomes se perderam no Atlântico. Os 300 que restaram, foram semeados nas *plantations* da Jamaica.

A transformação colonial da Terra em uma plantação, explorando recursos e vidas humanas para atender às demandas europeias foram decorrentes da violência e destruição. Nesse contexto, Ferdinand (2022) demonstrou que além de promover o genocídio das populações indígenas e a devastação dos ecossistemas, esse modo de habitar colonial reconfigurou as terras em intricados quebra-cabeças de engenhos e plantations, marcando a ascensão do Plantationoceno como era geológica, como um modo de habitar colonial que causou uma "revolução biológica" de destruição ambiental massiva. Esse pro-

cesso resultou na perda das relações fundamentais com a Terra, um verdadeiro matricídio, que cria uma Terra sem mundo, apagando o outro e suas formas distintas de habitar.

Ao longo do terceiro capítulo, intitulado "O Porão e o Negroceno" (páginas 69 a 83), acessamos o navio francês *Nègre* (Negro), que com 395 toneladas, zarpou do porto de Nantes em direção ao golfo da Guiné, transportando 263 pessoas escravizadas, desafiando os ideais da Revolução Francesa proclamados pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A travessia teve como destino o Cabo Haitiano e em 16 de junho de 1791, a carga humana foi transformada em "Negro", comparável à madeira de ébano, com suas vidas transformadas em recursos energéticos para alimentar o habitar colonial. Assim, Ferdinand (2022) demonstra que a "política do porão" foi um mecanismo que negou ao escravizados qualidades e dignidade compartilhadas, relegando-os ao *status* de "fora".

A ausência de propriedade jurídica sobre seus corpos e terras resultaria então em uma relação com a terra marcada por uma estrutura de trabalho e hierarquia social sem permissão de participação ativa. Apesar de várias formas de resistência, como sabotagem e aquilombamentos, o autor argumenta que a escravidão não apenas teve implicações sociais e políticas, mas também moldou a relação dos escravizados com a Terra e os recursos naturais de forma limitada, comparando sua exploração às energias fósseis contemporâneas. A proibição explícita, conforme o Código Preto, negava aos escravizados qualquer participação em funções públicas ou decisões, reforçando a condição de seres fora-da-cidade.

Assim, ao enfatizar a exclusão, Ferdinand (2022) destacou a limitação da participação dos escravizados à condição de testemunhas, sem que seus depoimentos fossem considerados igualmente. Além disso, ressaltou que as únicas atividades consideradas políticas eram as ações guerreiras, relegando os escravizados a um papel vinculado à violência e comando. Mesmo com tanta opressão, houve resistência dos escla-



vizados, pois mesmo diante da tentativa de reduzi-los a "bens móveis", encontraram maneiras de organizar espaços, negociar margens e, em alguns casos, prestar queixas que foram ouvidas. O Negroceno foi um tempo de resistência silenciosa, um eco das lutas que desafiaram a exclusão e buscaram uma presença significativa no mundo.

Fechamos a primeira parte da obra com o quarto capítulo, intitulado "O Ciclone Colonial" (páginas 84 a 96), simbolizado pela fragata *La Tempête* (a tempestade) em 1687-1688, que desempenhou um papel significativo na expansão colonial e na exploração dos recursos nas terras colonizadas. Durante sua jornada, *La Tempête* passa pela Guiné, marcando futuros locais de colonização como Assinie, Commando e Acra, atuando como um agente da colonização, pois explora recursos como ouro e corpos africanos, deixando sua marca nas paisagens colonizadas. Ao trazer a citação de Aimé Césaire, autor de "Uma tempestade", Ferdinand (2022) reforça a ideia de que a tempestade foi maquinada pelos colonizadores para preservar seus interesses ultramarinos e subjugar aqueles sob seu controle, denunciando a manipulação e exploração inerentes ao ciclo colonial.

O "ciclone colonial" é composto por cinco momentos: rota da indiferença discriminatória, calvário, indiferença sustentada, caos infernal e desfecho na forma de redistribuição discriminatória. Ferdinand (2022) os analisou demonstrando a conexão entre as ações humanas, como a negligência diante dos alertas e a exploração econômica, e as consequências severas sofridas pelos mais vulneráveis durante esses eventos climáticos extremos. Para o autor, a questão do aquecimento global e como ele aprofunda as desigualdades sociais, demonstra que os mais afetados são aqueles que contribuíram menos para os problemas. Desse modo, a metáfora que descreve a relação entre tempestades tropicais (ciclones) e os fundamentos coloniais presentes em certas regiões, especialmente no Caribe, demonstram que tempestades e furacões, por exemplo, estão associados a eventos históricos e à exploração colonial, refletindo e reforçando desigualdades e opressões nessas áreas.

Na seção II, denominada “A arca de Noé: quando o ambientalismo recusa o mundo” prosseguiu com as discussões nos capítulos seguintes. O capítulo cinco, intitulado “A arca de Noé: o embarque ou o abandono do mundo” (pág. 98 a 107), é o momento em que Ferdinand (2022) utiliza a metáfora da Arca de Noé, conhecida por ser a embarcação bíblica que preservou a vida durante o dilúvio, para abordar a tragédia do tráfico de escravizados, demonstrando a indiferença brutal do navio, que, ao viajar pela Costa do Ouro, destrói florestas e seleciona quem será sacrificado e quem será escravizado. No contexto dos discursos ambientalistas nas décadas de 1960 e 1970, o imaginário da “Arca de Noé se tornou central na representação imaginária do mundo e da Terra nesse movimento.

Ferdinand (2022) demonstrou que Lovelock, por exemplo, propôs a hipótese Gaia, que associa a Terra a uma entidade viva capaz de se autorregular para preservar as condições ambientais ótimas. No entanto, argumenta que a Arca de Noé, se tornou uma justificativa para a seleção violenta dos elementos que serão preservados, o que inclui a perda de identidades culturais, históricas e individuais. Sua crítica enfatiza como essa abordagem pode levar à homogeneização e perda das identidades culturais e individuais, destacando o paradoxo de fazer da Terra um lar ao afastar-se radicalmente dela. Ao afirmar que a Terra é a casa da humanidade, Ferdinand (2022) argumenta que essa ideia reproduz uma fantasia excludente, escondendo a pluralidade de atores e evitando a tarefa política de compor um mundo coexistente.

A crítica se estende à política do embarque, que o autor caracteriza como um abandono do mundo, pois essa política, ao apagar os sujeitos, cria uma humanidade homogeneizada e global, representada por um “Homem” ou “humanidade”. No entanto, essa universalidade é específica, originária dos países do Norte, ex-colonizadores, e majoritariamente masculina. Os “Noés” não são aqueles que se chamam efetivamente Noé, mas aqueles cujos nomes foram encobertos por uma humanidade pretensamente universal. Ferdinand (2022) identifica cinco figuras prin-





cipais da recusa do mundo dentro dessa cena da arca de Noé: o indifereente, o xenoguerreiro, o sacrificador, o senhor-patriarca e o devorador de mundo. Essas figuras representam diferentes maneiras de praticar a política do embarque, resultando na eliminação, exclusão, sacrifício, subjugação ou consumo dos que são considerados fora da "arca".

No sexto capítulo, intitulado "Reflorestar sem o mundo (Haiti)" (pág. 108 a 120), temos a jornada do navio *Chasseur* (caçador). Em 24 de outubro de 1769, a embarcação de 180 toneladas, deixou o porto de Nantes com o propósito de explorar a madeira de ébano das florestas da África Ocidental e durante um extenso ano, dedicou-se à exploração predatória dos recursos naturais, especificamente à busca pela madeira de ébano nas florestas africanas. O *Chasseur* foi um instrumento de exploração e esgotamento dos recursos naturais e humanos, contribuindo para a devastação ambiental e social da época.

Conforme a exposição de Ferdinand (2022) percebemos que a história do desmatamento no Haiti foi delineada a partir da chegada de Cristóvão Colombo em 1492 e reflete até os dias atuais. O país, inicialmente coberto por florestas, testemunhou uma redução significativa da cobertura florestal ao longo dos séculos, especialmente devido às práticas agrícolas e à plantação de cana-de-açúcar e índigo. As origens históricas do desmatamento no Haiti, estão associadas a fatores socioeconômicos, políticos e culturais, sendo considerado uma consequência dessa opressão multissecular dos camponeses, que são forçados a viver em condições adversas. O autor argumenta que práticas como a produção de carvão vegetal, são muitas vezes uma resposta à pobreza, à falta de acesso a serviços essenciais e à discriminação social. Desse modo, Ferdinand (2022) demonstra que há contradições no ambientalismo, pois ao ignorar as realidades sociais e políticas dos camponeses e se concentrar apenas na cena das florestas, omitem o "mundo" em que essas pessoas vivem.

O sétimo capítulo descreve "O paraíso ou o inferno das reservas (Porto Rico)" (pág. 121 a 127), um episódio histórico envolvendo o navio

brasileiro "Paraíso" em 1797, destacando a ironia de sua aparência idílica onde ocorrem negociações e saques, com o porão, revelando a trágica realidade da escravidão, com 258 almas conduzidas pelos caminhos subterrâneos, e 28 perdidas no "Leste-Atlântico". Ao retornar à Bahia, o "Paraíso" depara-se com um cenário marcado pelas "águas Pretas das *plantations*" e pelas "respirações Vermelhas sufocadas", evidenciando a exploração nas plantações e a violência contra os escravizados.

Chamado de "paraíso", o navio brasileiro contribuiu para a colonização e exploração ambiental, ignorando as histórias, vidas e terras dos povos indígenas e colonizados. Conforme descrito por Ferdinand (2022), o período foi marcado pela violência, uma vez que a busca pelo paraíso na Terra transformou os lugares em "laboratórios em tamanho real da modernidade, em colônias", onde práticas moralmente questionáveis foram justificadas pela cumplicidade colonial. À título de exemplo, demonstrou que a ilha de Vieques, em Porto Rico, ilustra a coabitação paradoxal entre a fantasia de paraísos naturais e a violência colonial, pois a ilha foi utilizada pela Marinha dos Estados Unidos para atividades militares até 2003, resultando em danos ambientais irreparáveis.

No oitavo capítulo intitulado de "A química dos senhores (Martinica e Guadalupe)" (pág. 128 a 135), Ferdinand (2022) estabelece uma analogia entre o navio britânico *Cavendish*, que partiu de Liverpool em 6 de junho de 1757 e o processo de produção do tabaco *Cavendish*. Uma a uma, o autor descreve a brutalidade da viagem do navio que comprimiu 170 corpos (representando escravizados) em sua madeira para extrair uma matéria "Negra, úmida e açucarada", aludindo à exploração de trabalhadores e à extração de recursos naturais nas *plantations*. Durante a jornada, o *Cavendish* é capturado pelos franceses, sendo levado a Guadalupe e nesse ponto, 151 corpos dessecados são desembarcados como adubo colonial para fertilizar os morros da ilha de Basse-Terre.

A referência à variedade de banana *Cavendish* que chega em Guadalupe simboliza a continuidade do ciclo de exploração, onde as mi-



sérias operárias, hierarquias racistas, condições de trabalho precárias, desastres naturais e degradação ambiental estão incorporados na produção desses produtos para o consumo do Norte. Para Ferdinand (2022), o Plantationoceno reduziu o mundo a um mercado de recursos consumíveis, subjugando tanto os habitantes humanos quanto os não humanos às técnicas de transformação da Terra em recursos, incluindo o uso de produtos químicos tóxicos na agricultura industrial. Para o autor, a concepção ambientalista tradicional de "poluições" como problemas técnicos não aborda adequadamente a complexidade do Plantationoceno, destacando que há uma resistência em mudar o modelo econômico herdado da constituição colonial e a falta de soluções eficazes para despoluir áreas contaminadas.

Fechando a segunda parte, o nono capítulo debate sobre "Uma ecologia colonial: no coração da dupla fratura" (pág. 136 a 150). Nessa oportunidade, Ferdinand (2022) estabelece uma analogia poética e metafórica entre o conceito de "*Wildfire*" (Fogo Selvagem) com os eventos históricos relacionados ao comércio transatlântico de escravizados desde 1492, retomando discussões já realizadas ao longo do livro. Ao descrever esse fogo desenfreado percorrendo a Terra, simbolizando as inúmeras atrocidades e injustiças resultantes da colonização europeia, dá ênfase nas devastadoras consequências do tráfico de escravizados para corpos humanos e paisagens naturais, tal que a crítica principal é direcionada à falta de comunicação e cooperação entre diferentes movimentos de resistência, como o ambientalismo e os movimentos antiescravistas. Para Ferdinand (2022), essa falta de diálogo é vista como alimentadora do "fogo moderno" que continua a consumir o mundo.

O autor introduz o termo "ecologia colonial" para descrever uma abordagem ambientalista que, ao invés de desafiar as estruturas coloniais, acaba preservando-as. Como exemplos históricos, apresenta o caso do navio *Wildfire* em 1859-60, para ilustrar na prática como o tráfico e a colonização contribuíram para a destruição ambiental e como

a *American Colonization Society*, ao enviar afrodescendentes para a Libéria como parte da colonização americana, demonstrou as contradições dentro do movimento ambientalista. Para Ferdinand (2022), do século XVIII ao XX, o anticolonialismo ao não abordar a exploração intensiva da terra, muitas vezes buscava apenas substituir os colonizadores, sem questionar as práticas de destruição ambiental. Defende que tanto o anticolonialismo quanto o ambientalismo, ao não abordarem suas fraturas e ao manterem a separação entre as questões sociais e ambientais, contribuem para a perpetuação da ecologia colonial, que mantém a exploração destrutiva do meio ambiente e continua subordinando a emancipação ao aumento da exploração da natureza.

A seção III, intitulada "O Navio Negroiro: Emergindo do Porão da Modernidade em Busca de um Mundo", reuniu quatro capítulos, ampliando as discussões já apresentadas. No décimo capítulo, intitulado "O navio negroiro: o desembarque fora-do-mundo" (pág. 152 a 165), tratou do navio *Espérance* (esperança) que, no final de 1749, transportou 227 pessoas diretamente do interior das terras para o golfo da Guiné. Ferdinand (2022) descreveu as implicações da perspectiva da crise ecológica a partir do Caribe, examinando as representações do mundo e os imaginários específicos presentes nas sociedades pós-coloniais e pós-escravagistas da região. Para ele, apesar das influências externas, o Caribe desenvolveu um imaginário próprio, fundado nas experiências do tráfico negroiro transatlântico e da escravidão colonial, tal que o navio negroiro é central nesse imaginário, sendo tanto uma representação histórica quanto mítica, sendo considerado uma "arca do mundo crioulo", funcionando como a cena fundadora que molda as relações com a Terra, a natureza e o mundo.

Ferdinand (2022) argumenta que o desembarque dos africanos não deve ser visto como uma chegada, mas como um naufrágio, uma vez que a experiência do tráfico negroiro começava muito antes da chegada aos portos nas Américas. O conceito de naufrágio vai além daqueles que morreram durante a travessia e engloba também a vio-





lência sofrida pelos africanos desde a captura em suas terras até o encarceramento nos barracões, antes mesmo de subirem a bordo dos navios negreiros. Para Ferdinand (2022), os naufragos não são simplesmente migrantes, pois a condição de naufrago difere da "condição migrante", pois os termos "migração" ou "migração forçada" são considerados inadequados, uma vez que os africanos escravizados não eram sujeitos políticos antes de sua captura e transporte. O navio negreiro, portanto, cria seres que são inadmissíveis no convés do mundo, mantendo-os fora-do-mundo.

Desse modo, a "arca do mundo crioulo", gera indivíduos que incorporam três condições: corpos perdidos, naufragos e Negros. O "nascimento" resultante desse contexto não é um nascimento para o mundo, mas uma espécie de não nascimento para o mundo, uma vez que a existência dos cativos no navio é marcada por uma "forma-de-morte". Os cativos, ao desembarcarem, são desvinculados de suas identidades culturais e colocados em uma condição fora-do-solo e fora-do-mundo reduzidos a uma existência de "vida nua". A fuga do mundo colonial é descrita não apenas como uma distância geográfica do navio, mas como uma ação contra o encontro colonial em si e cinco figuras são representadas: o Negro destroço, o suicida, o partir-por-si, o vingador e o *kamikaze*. O navio negreiro não apenas representa uma travessia física, mas também uma experiência ontológica e política única que molda as condições de vida das pessoas envolvidas.

No capítulo onze, intitulado "A ecologia quilombola: fugir do Plantationoceno" (pág. 166 a 180), o navio *Escape* (fuga) em 3 de setembro de 1706, partiu de Barbados em direção à costa africana, destinado a adquirir "riquezas Pretas". Em um porto não identificado, 151 indivíduos foram acorrentados no porão do navio para serem levados às plantações coloniais. Ao retornar a Barbados em 15 de maio de 1707, apenas 121 pessoas foram desembarcadas, indicando que 30 não sobreviveram à travessia. Ferdinand (2022) descreveu que os desembarcados tinham uma "forte convicção" de que, apesar da opressão, persistia a possibi-

lidade de um "outramente" (um modo de vida diferente), vestígios de uma "Mãe Terra" e a visão de um mundo melhor. Assim, percebemos que a resistência, esperança e perseverança dos cativos, mesmo diante das condições desumanas dos navios negreiros e das plantações, mantinham a convicção de uma vida alternativa e de um mundo mais justo.

Para "aquilombar o Antropoceno", Ferdinand (2022) argumenta que a escravidão e colonização devem ser partes fundamentais dessa narrativa, propondo os termos "Plantationoceno" e "Negroceno". Para ele, o "aquilombar" refere-se à prática de resistência conhecida como "aquilombamento", presente desde o século XVI, numa prática que envolvia a fuga de escravizados para viver fora do mundo colonial, consistindo em uma forma de resistência que é crucial para abordar a crise ecológica atual. Se ao longo do tempo, os escravizados fugitivos passavam por uma transformação profunda em sua identidade, corpo e relação com a natureza, foi a fuga que permitiu que fosse recuperada uma identidade própria, experimentando liberdade e estabelecendo uma nova relação com seus corpos e a natureza.

No capítulo doze, intitulado "Rousseau, Thoreau e o aquilombamento civil" (pág. 181 a 195), o navio *Wanderer* (andarrilho) em 1858–59, discretamente partiu da Carolina do Sul para retomar o tráfico negreiro transatlântico, com 487 cativos no estuário do Congo, sendo que apenas 409 chegaram à costa americana em 28 de novembro de 1858. Após a venda da maioria dos escravizados, o penúltimo navio negreiro americano foi detido e o capitão e seus colegas foram detidos por tráfico ilegal, julgados e absolvidos em 23 de novembro de 1859 em Savannah, Geórgia. Paralelamente, centenas de quilômetros distante, em 30 de outubro de 1859, Henry David Thoreau, conhecido como andarrilho, defendeu o abolicionista John Brown, que havia adotado a via armada para libertar escravizados no sul dos Estados Unidos. Esses eventos destacam um notável contraste entre o navio *Wanderer*, que buscava reviver o tráfico negreiro, e as ações de Thoreau, que respaldava os esforços abolicionistas de John Brown.



No que se refere a dualidade presente na vida e nos escritos de Henry David Thoreau, reconhecido por sua influência tanto no ambientalismo quanto no ativismo político, especialmente contra a escravidão nos Estados Unidos. Diferentemente de Rousseau, Thoreau viveu em um contexto onde a escravidão estava enraizada em seu próprio país. Para Ferdinand (2022), Thoreau ao reconhecer uma "escravidão da escravidão" promove uma ruptura radical com a visão convencional da época sobre a escravidão, destacando a necessidade de emancipação não apenas dos escravizados, mas de toda a sociedade civil do sistema escravagista, ressignifica o termo "aquilombamento civil", como uma prática que vai além da simples fuga física, envolvendo também a resistência política, a desobediência civil e a construção de alternativas ao status quo opressivo.

O décimo terceiro capítulo foi intitulado como "Uma ecologia decolonial: sair do porão" (pág. 196 a 210). Ferdinand (2022) utilizou o navio chamado Gaia para representar metaforicamente a exploração colonial e a escravidão no século XIX, destacando a visão distorcida dos exploradores, a desumanização dos africanos e a falsa ideia de superioridade racial, descrevendo o planejamento logístico do comércio de escravizados, que tratou seres humanos como mercadorias. Apesar das condições adversas, Ferdinand (2022) novamente destacou a resistência dos escravizados e a captura de Gaia pela Marinha britânica, simbolizando uma intervenção contra o tráfico ilegal.

Para o autor, a ecologia decolonial é uma abordagem de luta que questiona as formas coloniais de habitar a Terra, diferenciando-se do ambientalismo convencional ao propor uma reflexão crítica e ação prática, devido a busca pela justiça ambiental, emancipação política e superação da colonização. A "hipótese Ayiti" é apresentada como uma alternativa à perspectiva ambientalista convencional, ao destacar a imbricação ecológico-política da modernidade colonial, propondo mudar a perspectiva tradicional sobre o Antropoceno, tornando visíveis as pluralidades ao expor as injustiças na busca de novas formas de habitar a Terra.

A parte final da obra, identificada como Seção IV, é intitulada "Um Navio-Mundo: Forjando um Mundo para Superar a Dupla Fratura", compreendendo os quatro últimos capítulos do livro. O capítulo quatorze, intitulado "Um navio-mundo: a política do encontro" (pág. 212 a 225), descreveu como o navio "*Rencontre*" (encontro) falhou em cumprir seu próprio nome, pois não proporcionava verdadeiros encontros humanos, mas sim perpetuava um sistema desumano e explorador. Ao comparar duas imagens simbólicas, a arca de Noé e o navio negreiro, como representações das errâncias da modernidade diante das questões ecológicas, Ferdinand (2022) demonstra que apesar de diferentes em sua natureza (embarque/desembarque), são vistas como duas faces da mesma moeda, ambas representando uma perda do mundo.

O autor tece críticas ao movimento do "retorno" associado ao ambientalismo, argumentando que muitas vezes reproduz a lógica colonial ao excluir aqueles que não participaram da partida inicial, mantendo uma postura de arrogância em relação à Terra e à natureza. Para Ferdinand (2022), o retorno à Terra ou à natureza, ao invés de ser uma desconstrução ou uma etapa adicional na epopeia humana, muitas vezes se torna uma recusa do mundo, reproduzindo a ecologia da arca de Noé e mantendo a propensão à exclusão colonial. Assim, propõe um movimento em direção ao outro, um movimento de encontro, em oposição aos retornos que representam uma recusa do mundo. Para isso, cita Franz Fanon, sugerindo uma política do encontro e um estabelecimento de relações com os outros, em que o companheiro de bordo é aquele que recusa as alternativas de recusa do encontro apresentadas pela arca de Noé e pelo navio negreiro, buscando a realização de um convés da justiça.

O décimo quinto capítulo, intitulado "Tomar corpo no mundo: reconectar-se com uma Mãe Terra" (pág. 226 a 236), nos apresenta a jornada do navio Corpo Santo e Almas em 1725, partindo do porto da Bahia em direção à Angola portuguesa durante a modernidade. A metáfora do "Corpo Santo" representa a promessa da modernidade de um corpo





saudável, repleto de descobertas e riquezas, ou seja, dividido em duas partes, deixa destroços no Atlântico ao mesmo tempo em que rejeita as almas perdidas na costa brasileira. Assim, há uma dicotomia entre a promessa de modernidade e a realidade da segregação e opressão, refletida na experiência diferenciada das duas partes do corpo e a ideia de um navio-mundo nos quilombos sugere uma visão alternativa, onde a cura das feridas coloniais e a reconexão com a terra são centrais.

Ferdinand (2022) debate sobre a ideia de "fratura dos dois corpos" ao abordar a dicotomia entre o corpo social, racializado, generificado e sexualizado, e o corpo ecológico, biologizado e sanitizado. Essa dualidade é evidenciada pela percepção comum de que as relações dos corpos com o mundo são distintas, como se fossem dois corpos separados. Para o autor, o navio-mundo busca reencontrar os corpos-em-perda, tal que o agir no mundo é apresentado como uma maneira de reunir as resistências e reconectar os corpos às suas relações com o mundo. A questão ambiental é apresentada como uma questão de justiça social e racial, e a preservação e defesa dos corpos das mulheres são destacadas como caminhos para se reconectar com a Mãe Terra.

No penúltimo capítulo, intitulado "Alianças interespécies: causa animal e causa Negra" (pág. 237 a 252), Ferdinand (2022) abordou o episódio do navio *Baleine* (baleia) que, após rastrear e capturar 523 corpos e mantê-los em um "ventre sem sol e sem horizonte", despejou, em 27 de junho de 1732, 491 corpos na margem norte do Haiti. O autor destacou que esse evento evidenciou a conexão intrínseca entre a exploração humana e a exploração dos recursos naturais, sublinhando a necessidade de resistência e emancipação conjunta. Em especial, ele descreveu a transição de alguns navios do século XIX, inicialmente dedicados ao transporte de escravizados, que acabaram se tornando baleeiros envolvidos no comércio de óleo de baleia.

Ferdinand (2022) detalhou o processo de animalização dos indivíduos negros, que foram representados como animais ao serem caçados, transformados em troféus e enjaulados durante a exploração.

Segundo o autor, esse fenômeno tem raízes históricas nas práticas coloniais, patriarcais e racistas, onde os descendentes de escravizados e imigrantes coloniais reconhecem que suas sociedades foram fundamentadas na predatória busca pela carne Negra. Dentro desse contexto, a discussão sobre o racismo e a animalização das mulheres, especialmente aquelas racializadas, que enfrentam violências verbais e sexuais tanto em espaços públicos quanto privados, proporciona uma compreensão mais aprofundada da experiência de “ser-presença” para as mulheres, frequentemente vítimas de ações racistas e antirracistas simultaneamente.

O capítulo final, intitulado “Uma ecologia-do-mundo: no convés da justiça” (págs. 253 a 265), explora a desconexão entre o nome do navio “*Justice*” (justiça) e as ações injustas ocorridas a bordo, evidenciando a contradição entre a aspiração por um mundo melhor e a dura realidade de exploração e expulsão. Ferdinand (2022) ilustra como em 7 de junho de 1670, 334 corpos foram expulsos do “*Justice*” nas margens caribenhas da Martinica. E a partir desse cenário, aponta a necessidade de uma nova abordagem na ecologia-do-mundo, um “fazer-mundo”, que englobe tanto seres humanos quanto não humanos. Nesse contexto de justiça climática, o autor sublinha a conexão entre justiça climática, justiça ambiental e a urgência de superarmos a “dupla fratura colonial e ambiental” da modernidade, reconhecendo a importância de integrar questões raciais e coloniais na discussão sobre justiça ambiental.

Dessa forma, o capítulo final, ao enfatizar as lutas dos povos indígenas, as reivindicações de reparação pela escravidão e o reconhecimento dos direitos dos afrodescendentes como componentes cruciais na edificação do convés da justiça, representa um apelo à ação. O chamado é para a construção de um convés da justiça, desprovido de porão, mediante o reconhecimento das diversas formas de dominação e a coexistência nesse convés para fazer frente à tempestade iminente. A ênfase na justiça climática e ambiental



destaca a intrincada rede de desigualdades entrelaçadas nas estruturas históricas e contemporâneas.

Portanto, a obra é indicada à todas as pessoas interessadas na temática decolonial, uma vez que se sobressai como um convite não só ao debate, mas à mobilização, incitando os leitores a questionar e reconstruir não apenas os sistemas ecológicos, mas também as estruturas sociais e históricas que perpetuam injustiças sociais, ambientais e raciais, ao mesmo tempo em que necessitam da urgência de sua ruptura.

Notas

- 1 Graduação em Administração Pública (UFF) e Geografia (UNICSUL), Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (UFRRJ) e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PUC-Rio). Pesquisadora no Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Socioambientais e Comunitários (GRIPES). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6089-7134> E-mail: bomorais@gmail.com
- 2 A fim de distinguir graficamente as cores “preto”, “vermelho”, “branco” e “marrom” da espessura dos processos históricos, jurídicos, sociopolíticos e ontológicos que operam na racialização, Ferdinand (2022, p. 23) fez uso da letra maiúscula nos substantivos e nos adjetivos “Preto”, “Negro”, “Vermelho”, “Branco” e “Marrom”.